

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.425 - PB (2019/0129170-6)

RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE -
UFCG
RECORRIDO : MICHELLE ROSSANA FERREIRA VAZ
ADVOGADO : FRANCISCA MARCIA CUNHA SOUSA E OUTRO(S) -
PB020316

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Michelle Rossana Ferreira Vaz de Oliveira impetrou mandado de segurança com valor da causa atribuído em R\$ 100,00 (cem reais), em novembro de 2016, tendo como objetivo provimento judicial que autorize o seu exercício provisório na Universidade Federal do Paraná - UFPR, em razão da transferência por necessidade de serviço de seu cônjuge, servidor público militar, para o Município de Curitiba/PR.

Após sentença que concedeu a segurança pleiteada, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, restando consignado que, uma vez que a transferência de seu cônjuge se deu por necessidade do serviço e que a ruptura da unidade familiar não se deu por opção da demandante, mas de fato alheio a sua vontade, deve ser reconhecido o direito à lotação provisória enquanto perdurar a transferência de seu cônjuge.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DA UFCG. LOTAÇÃO PROVISÓRIA NA UFPR. TRANSFERÊNCIA DO CÔNJUGE MILITAR POR NECESSIDADE DO SERVIÇO. POSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

1. Apelação da UFCG e remessa oficial de sentença que concedeu a segurança pleiteada para determinar que a autoridade impetrada garanta o exercício provisório da impetrante na UFPR por motivo de afastamento do cônjuge, a partir de 13/01/2017, sob pena de multa diária, ora fixada em R\$ 100,00.

2. Alega a apelante que não se trata do instituto da remoção, que deve se dar dentro do mesmo quadro funcional integrado pelo servidor, mas que se cuida de redistribuição, o que é vedado pela jurisprudência. Argumenta que a autora não preenche os requisitos para a lotação provisória e que esta ocorre em razão da conveniência da Administração. Requer o provimento do recurso para reconhecer-se a inaplicabilidade, ao caso dos autos, do disposto no artigo 84 § 2º da Lei nº 8.112/90, uma vez que a apelada sequer reside no mesmo município e no mesmo estado de seu esposo transferido, bem como em razão da concessão de lotação provisória de que trata o referido dispositivo legal ser ato discricionário da Administração Pública.

Superior Tribunal de Justiça

3. Compulsando os autos, verifica-se que não há maiores controvérsias acerca dos fatos ocorridos. A autora é professora da UFCG/PB, com dedicação exclusiva, lotada na unidade acadêmica de engenharia e biotecnologia do Centro de Desenvolvimento do Semiárido. É casada com servidor público federal, pertencente à carreira militar, desde 17 de dezembro de 2015. No dia 24 de junho de 2016, o seu esposo soube que seria transferido, por necessidade do serviço, para a cidade de Curitiba-PR. Em consulta à Universidade Federal do Paraná, a impetrante recebeu parecer favorável daquela instituição para que ali ficasse lotada como professora. Requereu administrativamente à UFCG a sua transferência, tendo sido negado o pedido. Pretende sua lotação da UFCG para a UFPR.

4. Este Regional já entendeu, em hipótese semelhante, pela possibilidade de lotação provisória de servidora nas mesmas condições que a autora. Veja-se: " Isso porque a certidão emitida pelo Exército Brasileiro é expressa ao afirmar que a transferência do seu cônjuge para o Estado de Minas Gerais (CPOR/CM-BH) se deu por necessidade do serviço (interesse da Administração), restando evidente que a ruptura da unidade familiar não (...) foi uma opção pessoal da demandante, mas decorreu de fato alheio à sua vontade. Reconhecimento do direito da demandante a ser lotada provisoriamente na UFMG, enquanto perdurar a transferência de seu cônjuge para o Estado de Minas Gerais, em consonância com o art. 226 da Constituição Federal, que ". (TRF5, Quarta Turma, AC/AL 08017364120164058000, Rel. Des. assegura a proteção da unidade familiar Federal Rubens de Mendonça Canuto, unânime, Julgamento: 12/06/2017).

5. Assim, deve ser mantida a sentença que reconheceu o direito líquido e certo da demandante à lotação provisória na UFPR, em razão da transferência do seu cônjuge por necessidade de serviço à cidade de Curitiba/PR. Entende-se, ainda, que o fato do casal residir em Natal/RN não inviabiliza o pleito, em vista da proximidade com o Estado da Paraíba, onde a impetrante exerce sua atividade laboral de professora.

6. Apelação e remessa oficial improvidas.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG interpôs o presente recurso especial, apontando violação aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/15; e 36, parágrafo único, III, "a", e 84, § 2º, da Lei nº 8.112/90.

Sustenta, em síntese, que não houve manifestação expressa acerca do art. 84, § 2º, da Lei nº 8.112/90.

Alega que não cabe, pois, o exercício provisório, com fundamento no artigo 84, § 2º da Lei nº 8.112/90, quando o cônjuge transferido sequer trabalha no mesmo Município e no mesmo Estado do outro cônjuge (fl. 206).

Assevera que o deferimento de licença para acompanhamento de cônjuge com exercício provisório é ato discricionário da Administração Pública.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Ouvido, o MPF opina pelo não provimento do recurso.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Sobre a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, por suposta omissão pelo Tribunal de origem da análise expressa do disposto no art. 84, § 2º, da Lei nº 8.112/90, verifica-se não assistir razão ao recorrente.

Na hipótese dos autos, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador, que enfrentou todas as questões pertinentes sobre os pedidos formulados.

Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração, com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia.

No mesmo diapasão, destacam-se:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. OFENSA AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ICMS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. TRANSPORTE DE MERCADORIAS CUJA DESTINAÇÃO FINAL É A EXPORTAÇÃO. ART. 3º, II, DA LC N. 87/1996. DIREITO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte, a Primeira Seção, no julgamento do EREsp 710.260/RO, asseverou que a isenção prevista no art. 3º, II, da LC n. 87/1996 alcançaria além das operações que destinam mercadorias diretamente ao exterior, como também àquelas outras que integram todo o processo de exportação, como o transporte interestadual.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1323892/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. REQUISITOS PARA

Superior Tribunal de Justiça

RECONHECER A OMISSÃO. QUESTÃO NÃO RELEVANTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 485, V, DO CPC/73. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ARTIGO NÃO INDICADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Para configurar omissão, é necessária a presença cumulativa dos seguintes requisitos: a) o Tribunal de origem não tenha se pronunciado sobre o tema; b) tenham sido opostos embargos de declaração; c) tenha sido a questão levantada nas razões ou contrarrazões do agravo de instrumento ou da apelação; e d) seja relevante para o deslinde da controvérsia.

2. Ausente relevância, à luz do caso concreto, da matéria tida por não apreciada, afasta-se a alegada omissão.

3. A suposta violação ao art. 485, V, do CPC/73, por violação a literal dispositivo de lei, exige seja declinado no recurso especial especificamente qual o artigo de lei que supostamente daria azo à rescisória, sob pena de deficiência na fundamentação, a ensejar a incidência da Súmula nº 284/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.498.690/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017).

No mérito, consoante a jurisprudência firme desta Corte Superior, a licença remunerada prevista no art. 84, § 2º, da Lei n. 8.112/1990 é direito subjetivo do servidor, bastando para a lotação provisória a comprovação do deslocamento do cônjuge-servidor, excetuando-se os casos decorrentes da aprovação em concurso público (provimento originário).

Desse modo, não importa se no momento da transferência do cônjuge existia coabitação com a demandante, porquanto se o legislador não condicionou a concessão da licença a tal requisito, não cabe ao intérprete fazê-lo.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LICENÇA REMUNERADA. ART. 84, §2º, DA LEI 8.112/1990. DIREITO SUBJETIVO DO SERVIDOR. DESLOCAMENTO CÔNJUGE-SERVIDOR.

1. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança contra ato do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal da Grande Dourados, que negou pedido de remoção para acompanhamento de cônjuge, também servidora pública federal, que foi redistribuída a pedido para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande/MS.

2. A sentença julgou a segurança parcialmente procedente "a fim de determinar à autoridade impetrada que promova a licença mediante exercício provisório para a Universidade Federal de Campo Grande/MS, prevista no artigo 84, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112/90", o que foi mantido pelo Tribunal de origem.

3. O STJ vem interpretando a licença remunerada prevista no art. 84, § 2º, da Lei n. 8.112/1990 como direito subjetivo do servidor, bastando para a lotação provisória a comprovação do deslocamento do cônjuge-servidor, não importando se a mudança de exercício do cargo público tenha se realizada a pedido ou de ofício pela Administração, excetuando-se os casos decorrentes

Superior Tribunal de Justiça

da aprovação em concurso público (provimento originário). Nesse sentido: AgInt no REsp 1.660.771/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 26/3/2018; AgInt no REsp 1.565.070/MS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13/3/2017; AgRg no AREsp 195.779/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 29/11/2016; AgRg no REsp 1.521.801/RN, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 24/5/2016.

4. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Cumpre ressaltar que a referida orientação é aplicável também aos recursos interpostos pela alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010.

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1778188/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

(...)

IV - No mérito, verifica-se que o acórdão ora recorrido encontra-se em consonância com o entendimento pacífico desta Corte Superior no sentido de que, para caracterizar o direito subjetivo do servidor à licença prevista no art. 84, § 2º, da Lei n. 8.112/90, basta o requisito do deslocamento de seu cônjuge.

V - Constata-se pelo acórdão recorrido que foi reconhecido o atendimento ao requisito necessário à concessão da licença pleiteada, pois a norma de regência não exige a contemporaneidade do pedido, ou que ambos os cônjuges residam na mesma localidade e, se o legislador não condicionou a concessão da licença a tais requisitos, não cabe ao intérprete fazê-lo. Neste sentido: AgInt no REsp 1565070/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 13/03/2017; AgRg no REsp 1243276/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 08/02/2013.

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1660771/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2018, DJe 26/03/2018)

Desta forma, aplica-se, à espécie, o enunciado da Súmula 83/STJ: "*Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*" Ressalte-se que o teor do referido enunciado aplica-se, inclusive, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não

Superior Tribunal de Justiça

conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de julho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

